1. É subdelegada no director do Centro Hospitalar Conde de S. Januário, licenciado João Baptista Lam, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1. Assinar os diplomas de provimento;

1.2. Conferir posse e receber a prestação do compromisso de honra;

1.3. Autorizar a recondução e converter as nomeações provisórias em definitivas, verificados os pressupostos legais;

1.4. Conceder a exoneração nos termos legais, a pedido dos funcionários e agentes que prestam serviço no Centro Hospitalar Conde de S. Januário;

1.5. Conceder licença especial e licenças sem vencimento de curta ou longa duração, nos termos da legislação em vigor, e decidir sobre a acumulação ou antecipação de férias, bem como atribuir a compensação prevista no caso de renúncia de licença especial;

1.6. Autorizar a transição de escalão nas carreiras de pessoal;

1.7. Outorgar, em nome do Território, em todos os contratos além do quadro;

1.8. Assinar os diplomas de contagem e liquidação do tempo de serviço prestado pelo pessoal do Centro Hospitalar Conde de S. Januário;

1.9. Autorizar a prestação de serviço em regime de horas extraordinárias, até ao limite previsto na lei;

1.10. Autorizar a apresentação de funcionários e agentes e seus familiares às Juntas Médicas que funcionam no âmbito da Direcção dos Serviços de Saúde e do Centro Hospitalar Conde de S. Januário;

1.11. Autorizar a abertura de concursos, nos termos legais, para preenchimento de lugares dos quadros de pessoal e a constituição dos respectivos júris;

1.12. Autorizar a participação de funcionários e agentes em congressos, seminários, colóquios, jornadas e outras actividades semelhantes, quando realizadas no Território;

1.13. Determinar deslocações de funcionários e agentes a Hong Kong e à província de Guangdong, de que resulte direito à percepção de ajudas de custo diárias até ao máximo de três dias, e bem assim fixar o respectivo quantitativo nos termos legais;

1.14. Dar a autorização de crédito a que se refere o artigo 76.º do Regulamento Postal, aprovado pelo Decreto n.º 40 592, de 5 de Maio de 1956, ficando a liquidação da despesa respectiva sujeita a prévio ordenamento;

1.15. Autorizar a restituição de documentos que não sejam pertinentes à garantia de compromissos ou execução de contratos com o Território;

1.16. Autorizar o seguro de pessoal, material e equipamento, imóveis e viaturas;

1.17. Autorizar, nos termos legais, a concessão de vencimentos, prémios de antiguidade e outros abonos e subsídios em vigor;

1.18. Autorizar, de acordo com a legislação em vigor, o pagamento das despesas com o transporte, incluindo bagagem técnica e ajudas de custo de embarque de funcionários e agentes e respectivos familiares;

1.19. Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados no Centro Hospitalar Conde de S. Januário, com exclusão dos que tenham carácter confidencial;

1.20. Assinar o expediente dirigido a Serviços da República, no âmbito das atribuições do Centro Hospitalar Conde de S. Januário;

1.21. Autorizar despesas de representação até ao montante de MOP 2 500;

1.22. Outorgar, em nome do Território, em todos os instrumentos públicos relativos a contratos que devam ser lavrados no Centro Hospitalar Conde de S. Januário;

1.23. Despachar os requerimentos de alteração do nome dos funcionários ou agentes, no seguimento de decisão legal nesse sentido.

2. Por despacho a publicar no *Boletim Oficial*, homologado pela Secretária-Adjunta para a Saúde e Assuntos Sociais, o director poderá subdelegar nos subdirectores as competências que forem julgadas adequadas ao bom funcionamento dos Serviços.

3. Dos actos praticados no uso de subdelegações aqui conferidas, cabe recurso hierárquico necessário.

4. A presente subdelegação de competências é feita sem prejuízo dos poderes de avocação e superintendência.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Saúde e Assuntos Sociais, em Macau, aos 27 de Fevereiro de 1991. — A Secretária-Adjunta, *Maria do Carmo Romão*.

Despacho n.º 27/SASAS/91

1. Usando da faculdade que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 193/90/M, de 3 de Outubro, subdelego no director dos Serviços de Saúde, licenciado José Florêncio Botelho Castel-Branco, ou no pessoal de direcção e chefia que este designar, mediante prévia publicação no *Boletim Oficial*, a competência para conceder a autorização de harmonia com o regime a que se reporta o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 50/80/M, de 30 de Dezembro, para a exportação e importação das mercadorias constantes do grupo H do anexo B daquele diploma, com excepção dos produtos constantes da lista anexa ao Decreto n.º 46 371, de 26 de Junho de 1965.

2. Dos actos praticados no uso da subdelegação agora conferida, cabe recurso hierárquico necessário.

3. São ratificados os actos praticados pelo director dos Serviços de Saúde entre a data da sua nomeação e a data da entrada em vigor do presente despacho, no âmbito dos poderes ora subdelegados.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Saúde e Assuntos Sociais, em Macau, aos 23 de Fevereiro de 1991. — A Secretária-Adjunta, *Maria do Carmo Romão*.

Despacho n.º 28/SASAS/91

Ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/89/M, de 11 de Setembro, e no uso da competência delegada pela Portaria n.º 193/90/M, de 3 de Outubro;

Determino que o valor das senhas de presença por cada reunião do Conselho do Ambiente será o correspondente a 10% do índice 100 da tabela indiciária da Função Pública.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Saúde e Assuntos Sociais, em Macau, aos 27 de Fevereiro de 1991. — A Secretária-Adjunta, *Maria do Carmo Romão.*

Extractos de despachos

Por despachos de 27 de Fevereiro de 1991, da Ex.ma Senhora Secretária-Adjunta para a Saúde e Assuntos Sociais:

Licenciado João Baptista Lam — nomeado, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 85/89/M, de 21 de Dezembro, e no uso da competência delegada pela Portaria n.º 193/90/M, de 3 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pela Portaria n.º 260/90/M, de 31 de Dezembro, para exercer, em regime de comissão de serviço, a partir do dia 1 de Março de 1991 e pelo prazo da sua requisição à República, o cargo de director do Centro Hospitalar Conde de S. Januário.

Foi declarada a urgente conveniência de serviço por despacho de S. Ex.ª o Encarregado do Governo, de 27 de Fevereiro de 1991.

Licenciado João Maria Larguito Claro — nomeado, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 85/89/M, de 21 de Dezembro, e no uso da competência delegada pela Portaria n.º 193/90/M, de 3 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pela Portaria n.º 260/90/M, de 31 de Dezembro, para exercer, em regime de comissão de serviço, a partir do dia 1 de Março de 1991 e pelo prazo da sua requisição à República, o cargo de subdirector do Centro Hospitalar Conde de S. Januário.

Foi declarada a urgente conveniência de serviço por despacho de S. Ex.ª o Encarregado do Governo, de 27 de Fevereiro de 1991.

Licenciado José Luís Miranda de Matos — nomeado, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 85/89/M, de 21 de Dezembro, e no uso da competência delegada pela Portaria n.º 193/90/M, de 3 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pela Portaria n.º 260/90/M, de 31 de Dezembro, para exercer, em regime de comissão de serviço, a partir do dia 1 de Março de 1991 e pelo prazo da sua requisição à República, o cargo de subdirector do Centro Hospitalar Conde de S. Januário.

Foi declarada a urgente conveniência de serviço por despacho de S. Ex.ª o Encarregado do Governo, de 27 de Fevereiro de 1991.

Licenciado Mário Ribeiro Neves — nomeado, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 85/89/M, de 21 de Dezembro, e no uso da competência delegada pela Portaria n.º 193/90/M, de 3 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pela Portaria n.º 260/90/M, de 31 de Dezembro, para exercer, em regime de comissão de serviço, a partir do dia 1 de Março de 1991 e pelo prazo da sua requisição à República, o cargo de subdirector dos Serviços de Saúde, cessando, nos termos da lei, a sua comissão de serviço como chefe do Departamento de Administração Escolar da Direcção dos Serviços de Educação.

Foi declarada a urgente conveniência de serviço por despacho de S. Ex.ª o Encarregado do Governo, de 27 de Fevereiro de 1991.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Saúde e Assuntos Sociais, em Macau, aos 4 de Março de 1991. — O Chefe do Gabinete, *Almada Guerra.*

GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO PARA A JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

Despacho n.º 3/SAJAA/91

Nos termos dos artigos 23.º, n.º 1, alínea *a*), e 2, alínea *b*), do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, e dos artigos 26.º e 30.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 105/84/M, de 8 de Setembro, nomeio, no uso da competência delegada pelo artigo 1.º, alínea *b*), da Portaria n.º 197/90/M, de 3 de Outubro, o licenciado Francisco Cruz Martins David para exercer, em comissão de serviço, as funções de conservador da Conservatória do Registo Predial, sem prejuízo da sua requisição à República, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, do Estatuto Orgânico de Macau.

A nomeação efectua-se por urgente conveniência de serviço declarada por despacho de S. Ex.ª o Encarregado do Governo, de 11 de Fevereiro de 1991.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça e Administração Autárquica, em Macau, aos 11 de Fevereiro de 1991. — O Secretário-Adjunto, *Sebastião José Coutinho Póvoas.*

Despacho n.º 4/SAJAA/91

São ratificados os actos praticados pelo director de Serviços de Justiça entre 9 de Fevereiro de 1991, data em que tomou posse do cargo, e a entrada em vigor do Despacho n.º 1/SAJAA/91, de 11 de Fevereiro, no âmbito das competências neste delegadas.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça e Administração Autárquica, em Macau, aos 22 de Fevereiro de 1991. — O Secretário-Adjunto, *Sebastião José Coutinho Póvoas.*

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça e Administração Autárquica, em Macau, aos 4 de Março de 1991. — O Chefe do Gabinete, *Eduardo H. E. das Neves.*